



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 769980
Natureza: Representação
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Piau
Apenso: Representação n. 770282

Senhor Relator,

Representação em face de possíveis irregularidades referentes ao procedimento licitatório n. 018/2008, modalidade convite, promovido com o objetivo de contratar a execução de obras para a melhoria da entrada da cidade de Piau.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Segunda Câmara de 18/03/2014 (f. 355/356), os conselheiros constataram irregularidades e aplicaram multa no valor total de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) ao Sr. Carlos Alberto Lopes de Oliveira, Prefeito Municipal à época e de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) ao Sr. Sílvio Andrade Magalhães e a Sra. Marilene Barbosa Ferreira, engenheiros vinculados à Associação de Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba (AMPAR). Ainda, responsabilizaram os devedores supramencionados pelos danos apurados, condenando-os solidariamente a ressarcir o erário no valor de R\$ 20.553,33 (vinte mil quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).

A decisão transitou em julgado em 03/02/2015, conforme certificado à f. 359.

À vista do pagamento voluntário das multas, foram emitidas as Certidões de Quitação n. 230/2015, n. 231/2015 e n. 234/2015 (f. 383/387).

Considerando o Ofício n. 0184/2016, por meio do qual o Prefeito de Piau informa o pagamento integral do valor da restituição e junta os comprovantes dos pagamentos de todas as parcelas, OPINO pelo encaminhamento dos autos para a Coordenadoria de Débito e Multa para que seja emitida a Certidão de Quitação em favor dos devedores solidários.

Após, considerando que não há medidas legais a serem adotadas no âmbito do Ministério Público de Contas, encaminham-se os autos para arquivamento, nos termos do art. 176, I, da Resolução n. 12/2008.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2016.

Daniel de Carvalho Guimarães
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)